

Termo de Referência 272/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
272/2024	114702-ENAP-ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA/DF	DANIELLA SILVA CARDOSO	30/07/2024 11:43 (v 2.1)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	313/2024	04600.002060/2024-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Escola Nacional de Administração Pública (Processo Administrativo nº 04600.002051/2024-43)

- 1.1. Contratação de profissional para prestação de serviços de desenho instrucional, instrutoria em curso de formação de carreira e coordenação pedagógica a fim de desenvolver conteúdo técnico para o curso **"Eixo I – Estado, Democracia e Cidadania Disciplina: "Burocracia e Ethos Público"**, que tem como objetivo promover a formação inicial dos servidores aprovados no concurso do Instituto de Planejamento e Pesquisa - IPEA para a carreira de Técnico de Planejamento e Pesquisa - TPP.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. Trata-se de serviço a ser executado na data de **08/09/2024 a 15/10/2024** sendo **30h de desenho instrucional e 40h de instrutoria** em curso gerencial para formação de carreira e **20h coordenação pedagógica**, cujo prazo de vigência foi estabelecido para a execução dos serviços, liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Escola Nacional de Administração Pública tem se constituído como referência no desenvolvimento de competências profissionais e institucionais fundamentalmente sintonizadas com as especificidades do Serviço Público, de acordo com as linhas de atuação previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 2020-2024.

2.2. A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é referência na formação e capacitação de servidores públicos federais em nível nacional. Conforme disposto no art. 1º de seu Estatuto, aprovado na forma do Decreto no 10.369, de 22 de maio de 2020, a Enap tem por finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, com vistas ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos.

2.3. A formação inicial de carreiras é a missão institucional da ENAP desde o início da história de duas carreiras: Analista de Planejamento e Orçamento e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Com o objetivo de recompor a força de trabalho, no Instituto de Planejamento e Pesquisa - Ipea, foi aprovado o concurso público para provimento de 80 cargos de Técnico de Pesquisa e Planejamento - TPP, autorização concedida por meio da Portaria n.º 3.877, de 24 de julho de 2023, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2023. O concurso do Ipea foi realizado por meio do Edital N° 01/2023 - IPEA, de 29 de novembro de 2023.

2.4. Nesse contexto, o Técnico de Planejamento e Pesquisa tem atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos ao planejamento, à realização das pesquisas econômicas e sociais e à avaliação de ações governamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas. O concurso foi homologado por meio dos Editais IPEA n° 11/2024 e n° 12/2024 e os servidores nomeados por meio da Portaria IPEA n° 128, DE 11 de julho de 2024, publicada no DOU de 12 de julho de 2024.

2.5. Pelo exposto, faz-se necessária a contratação de serviço técnico profissional especializado de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização, para a execução de atividades inerentes ao Desenho Instrucional, à Ministração de aulas presenciais, bem como a Coordenação pedagógica voltada para o Curso de Formação para a carreira de Técnico de Planejamento e Pesquisa - TPP, pertencente ao quadro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, conforme o art. 6º da Resolução Enap n.º 34, 06 de março de 2023 e alinha f, inciso III, art. 74 da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1.1. A presente contratação tem o intuito de realizar o curso de formação inicial "Eixo I – Estado, Democracia e Cidadania Disciplina: **Burocracia e Ethos Público**", que tem como objetivo promover a formação inicial dos servidores aprovados no concurso do Instituto de Planejamento e Pesquisa - IPEA para a carreira de Técnico de Planejamento e Pesquisa - TPP.

3.2. Ementa da Atividade

3.2.1. As atividades compreendem:

- História da concepção e papel da burocracia;
- Funções da burocracia na democracia;
- Papéis da burocracia nas políticas públicas;
- Relação entre políticos e burocratas;
- Ethos burocrático democrático;
- Ética do servir e integridade;
- Representação burocrática.
- A experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos

4.1.1. Para a contratação a que se destina este projeto básico, deve ser selecionado colaborador com formação em nível de pós-graduação, e de notória especialização e experiência na área de formação de lideranças do setor público, análise de competências e processos seletivos.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Trata-se de contratação de serviço técnico profissional especializado para a atividade predominantemente intelectual, que em sua execução não possibilita a adoção de critério mensuráveis dos impactos ambientais, econômicos e sociais a que se refere o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que a manutenção dessa exigência não se mostra eficaz uma vez que o valor da referida contratação está diretamente relacionado aos valores máximos estipulados pela Contratante.

4.5. Vistoria

4.5.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.6. Razão da escolha do contratado e notória especialização

4 . 6 . 1

Diante do objetivo da capacitação, do perfil de demandas, o perfil de notória especialização identificado para execução da atividade objeto desta contratação, a Administração se baseou na formação acadêmica e na experiência profissional de **Gabriela Spanghero Lotta** como sendo a profissional adequada à plena satisfação do objeto a ser contratado, cuja notória especialização está demonstrada a seguir.

4.6.2. Sobre a notória especialização

Sobre a notória especialização da contratada, é possível afirmar que os profissionais que desempenham as atividades de apoio técnico ao planejamento e à coordenação de formação inicial têm notória especialização com fundamento na sua formação técnica, na sua experiência profissional e na sua capacidade intelectual na área de sua especialidade. Ressalte-se que essa notória especialização é prerrogativa da Administração, conforme Decisão nº 439/98 do TCU:

[...] Impõe-se à Administração - isto é, ao agente público destinatário dessa atribuição - o dever de inferir qual o profissional ou empresa cujo trabalho é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado à

4.6.3 Ainda nessa linha, a mesma Corte, com base no relato do ministro Adhemar Paladini Ghisi, no processo TC 010.578/95-1, entendeu que:

[...] para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao ser caso em concreto.

4.6.4 A seleção do profissional **Gabriela Spanghero Lotta** decorre da avaliação e do reconhecimento pela Administração de que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, tendo sua qualificação demonstrada por meio de sua formação e experiência profissional em docência e pesquisa. Entre os principais atributos da profissional, destacam-se sua formação acadêmica e experiência profissional relacionados com o objeto desta contratação. Doutora em Ciência Política pela USP, mestre e graduada em administração pública pela FGV. Professora e pesquisadora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi professora visitante em Oxford (Blavatnik School of Government), Aalborg (Dinamarca), na Universidad del Chile e na PUC Peru. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP. É pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e pesquisadora afiliada no Brazil.Lab de Princeton. É bolsista produtividade 2 do CNPQ. É coordenadora da rede de estudos latino-americanos de burocracia de nível de rua da CLACSO e vice-coordenadora do RC27 (estruturas de governança) da IPSA. Foi coordenadora da Área Temática Estado e políticas públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). É membro da Câmara Técnica de transformações do estado do Conselho da Presidência da República (Conselhão). É vice-presidente do conselho da Republica.org e conselheira do Instituto Unibanco. Em 2021 foi nomeada como uma das 100 acadêmicas mais influentes do mundo na área de governo pela organização Apolitical.

4.6.5. Formação Acadêmica

2006 - 2010

- Doutorado em Ciência Política.
- Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
- Título: Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família, Ano de obtenção: 2010

2004 - 2006

- Mestrado em Administração Pública e Governo.
- Fundação Getúlio Vargas - SP, FGV-SP, Brasil.
- Título: Saber e Poder: Agentes Comunitários de Saúde Aproximando Saberes Locais e Políticas Públicas Ano de Obtenção: 2006.

1999 - 2003

- Graduação em Administração Pública.
- Fundação Getúlio Vargas - SP, FGV-SP, Brasil.
- Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2011 - 2015

- Pós-Doutorado.

- Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas, EAESP/FGV, Brasil.
- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

4.6.6. Formação Complementar

2020 - 2020

- Vignette. (Carga horária: 20h).
- European Consortium for Political Research, ECPR, Grã-Bretanha.

2017 - 2017

- International Course on Public Policy. (Carga horária: 40h).
- International Public Policy Association, IPPA, França.

2009 - 2009

- Curso de Formação de Moderadores. (Carga horária: 80h).
- H+K, H+K, Brasil.

2009 - 2009

- Empreendedorismo. (Carga horária: 24h).
- Babson College, B.C., Estados Unidos.

2008 - 2008

- Estágio Doutoral. (Carga horária: 80h).
- The State University of New Jersey - New Brunswick, RUTGERS, Estados Unidos.

2004 - 2004

- Política, Direito e Administração Municipal. (Carga horária: 12h).
- Oficina Municipal, OFICINA, Brasil.

2001 - 2001

- Avaliação de Projetos e Programas no Terceiro Setor. (Carga horária: 21h).
- Centro de Educação Comunitária para o Trabalho, SENAC, Brasil.

2000 - 2000

- Educação Comunitária - uma Estratégia de Promoção. (Carga horária: 21h).
- Centro de Educação Comunitária para o Trabalho, SENAC, Brasil.

4.6.7. Experiência Profissional

Centro de Estudos da Metrópole, CEM, Brasil.

2020 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Fiocruz, FIOCRUZ, Brasil.

2019 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Estados Unidos.

2017 - 2018

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Consultor

Institute of Development Studies, IDS, Inglaterra.

2017 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA, Brasil.

2016 - 2018

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: pesquisadora

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2015 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Universidade Federal do ABC, UFABC, Brasil.

2012 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora Adjunta, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Professora do Bacharelado de Políticas Públicas

01/2017 - Atual

Direção e administração, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Cargo ou função
Vice coordenadora do mestrado em políticas públicas.

03/2015 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Reitoria da UFABC.

Cargo ou função

Representante docente do CONSUNI.

03/2015 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Reitoria da UFABC.

Cargo ou função

Representante Docente na Comissão de Vagas.

02/2014 - Atual

Extensão universitária , Reitoria da UFABC.

Atividade de extensão realizada
Coordenação da Especialização em Políticas Públicas.

11/2013 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Representante do CECS na Comissão de Biblioteca.

08/2013 - Atual

Direção e administração, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Representante docente suplente no colegiado de coordenação do Bacharelado de Ciências e Humanidades.

02/2013 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Reitoria da UFABC.

Cargo ou função
Representante Docente na Comissão Própria de Avaliação.

01/2013 - 06/2018

Pesquisa e desenvolvimento, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Linhas de pesquisa
Núcleo de Estudos da Burocracia

03/2014 - 12/2015

Direção e administração, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Coordenadora do Bacharelado de Políticas Públicas.

09/2013 - 02/2014

Direção e administração, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Vice coordenadora do Bacharelado de Políticas Públicas.

01/2013 - 11/2013

Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Representante do Bacharelado em Políticas Públicas na Comissão de Laboratórios Didáticos.

01/2013 - 11/2013

Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas.

Cargo ou função
Representante substituta do Bacharelado em políticas públicas na Comissão de Laboratórios de Pesquisa.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, Brasil.**2012 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora

Pesquisadora do Centro de Estudos da Metropole

Instituto Pólis, INSTITUTO PÓLIS, Brasil.**2003 - 2007**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 30

Atividades no Boletim DICAS, na Rede Logolink e na área de Projetos Culturais

04/2003 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento.

Linhas de pesquisa

Boletim DICAS - Idéias para Ação Municipal

Avaliação e Disseminação de Políticas Públicas

Fundação do Desenvolvimento Administrativo, FUNDAP, Brasil.**2004 - 2012**

Vínculo: Docente, Enquadramento Funcional: Docente

Docente no Programa de Desenvolvimento Gerencial

03/2005 - Atual

Ensino, Gestão Organizacional, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Gestão por Projetos

Gestão por Processos

Fundação Getulio Vargas - SP, FGV-SP, Brasil.**2018 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora Assistente, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

2003 - 2006

Vínculo: Outro (especifique) Pesquisado, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 10

Outras informações

Pesquisadora do Programa Gestão Pública e Cidadania; - Coordenação de pesquisa de avaliação das políticas educacionais (Icapuí), 2003 - Visitas de campo para avaliação de programas - 2004-2006 - Consultoria para a Avaliação do Selo Unicef em municípios do semi-árido

2000 - 2004

Vínculo: Monitor, Enquadramento Funcional: Monitor, Carga horária: 10

Monotira das Cadeiras: - Filosofia (2000) - Finanças Públicas (2000 e 2001) - Introdução à Administração Pública (2003 e 2004)

07/2019 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania.

Linhas de pesquisa

Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB)

Centro Universitário Senac, SENAC/SP, Brasil.

2009 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Mensalista, Carga horária: 40

Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.

2010 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenadora, Carga horária: 14

Coordenadora da Graduação em Gestão Pública

Fundação Konrad Adenauer, FKA, Brasil.

2001 - 2002

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Outro (assistente de pesquisa), Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva.

11/2001 - 4/2002

Estágios , Fundação Konrad Adenauer.

Estágio realizado

Assistente de pesquisa.

Prefeitura de Sonthofen - Alemanha, PREFEITURA, Alemanha.

2002 - 2002

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 40

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

1999 - 2000

Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20

Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD BRASIL, Brasil.

2009 - 2009

Vínculo: Consultora, Enquadramento Funcional: Consultora, Carga horária: 10

Consultora para avaliação do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura

Federação Nacional dos Estudantes de Administração, FENEAD, Brasil.**1999 - 2000**

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, ANEP-CP, Brasil.**2015 - Atual**

Vínculo: Conselheira, Enquadramento Funcional: Conselheira, Carga horária: 2

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF, IPEA, Brasil.**2017 - Atual**

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Pesquisador Bolsista, Carga horária: 10

Pesquisa sobre a Dimensão Federativa dos Núcleos de Governo (1994-2015)

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, ANEP/CP, Brasil.**2017 - 2022**

Vínculo: Diretora, Enquadramento Funcional: Diretora de Pesquisa, Carga horária: 2

Fundação Getulio Vargas, FGV, Brasil.**2018 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 40

Professora da graduação e da pós em Administração Pública

Aalborg University, AAU, Dinamarca.**2018 - 2018**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora visitante, Carga horária: 40

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, IEPS, Brasil.**2020 - 2021**

Vínculo: Pesquisadora Associada, Enquadramento Funcional: Colaboradora

University of Oxford, OX, Inglaterra.**2021 - 2021**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Visiting Professor, Carga horária: 10

Princeton University, PRINCETON, Estados Unidos.

2021 - Atual

Vínculo: Associate Researcher, Enquadramento Funcional: Associate Researcher do Brazil.Lab, Carga horária: 4

pontificia Católica del Peru, PUCP, Peru.

2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Visitante, Carga horária: 20

Universidad de Chile, UC, Chile.

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Visitante, Carga horária: 40

International Political Science Association, IPSA, Canadá.

2023 - Atual

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Coordenadora, Carga horária: 2

Co-chair do RC27, Structures of Governance

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, Cuba.

2023 - Atual

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Coordenadora, Carga horária: 2

Coordenadora do grupo de pesquisa latino-americano Burocracia al Nivel de la Calle, em conjunto com Gianinna Munos e Rik Peeters

Republica.org, REPUBLICA, Brasil.

2023 - Atual

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Vice-diretora do conselho, Carga horária: 2

4.6.8. Projetos de pesquisa

2020 - 2021

Respostas dos pequenos municípios do Norte e Nordeste à Pandemia

Descrição: Analisa a resposta longitudinal de 40 municípios à pandemia de Covid-19.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Matheus Nunes - Integrante / Arthur Aguillar - Integrante / Helyn Thami - Integrante.

2020 - Atual

Impactos da Pandemia nos Profissionais da Linha de Frente dos Serviços Públicos

Descrição: Projeto analisa impactos da pandemia de Covid-19 na atuação de diferentes profissionais da linha de frente dos serviços públicos. Cobre as áreas de saúde, assistência social, polícia penal, polícia e defensoria..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Marcela Correa - Integrante / Amanda Beck - Integrante / Debora Dossiati - Integrante / Taciana Barcellos - Integrante / michelle fernandez - Integrante / PIMENTA, DENISE NACIF - Integrante / Claudio Aliberti Mello - Integrante / João Haddad - Integrante / Mariana Haddad - Integrante / Debora Lira - Integrante / Thayna Gutierrez - Integrante / Giordano Magri - Integrante / João Akio Yamaguchi - Integrante.

Número de produções C, T & A: 4

2020 - Atual

COVID-19 Gendered risks, impact & response: research and policy guidance

Descrição: Descrição: Gender Intentional Approach: This project is designed to be gender intentional, i.e. is designed to reduce gender gaps/ barriers in access to resources or increase the evidence base around gender gaps/barriers. Outcomes of the project include increasing the evidence base on the gendered impacts of COVID-19 at the intersection of women's health, social and economic welfare. This will be achieved through using a systematic gender analysis approach within data collection, response, and reporting (e.g. through the use of gender frameworks and matrixes). It is likely that through meeting the intermediate and primary outcomes that some gender transformation will be achieved, i.e. the reduction of gender gaps/barriers in agency or control over resources through the development and implementation of gender-responsive crisis preparedness and response efforts, however, this will not be measured...

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Clare Wenham - Integrante / Denise Nacif Pimenta - Coordenador / Gustavo Matta - Integrante.

2020 - Atual

Burocracia de Nível de Rua, Categorização e Desigualdades no Tratamento

Descrição: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de categorização operados pelos burocratas de nível de rua na interação com usuários e seus potenciais efeitos em desigualdade de tratamento. Para tanto, analisamos, neste projeto, como burocratas de diferentes políticas (saúde, assistência, segurança e educação) categorizam tipos de usuários e as repercussões desta categorização em tratamentos desiguais. Pretendemos compreender que fatores podem explicar essas diferenças em categorizações analisando distintas variáveis individuais, organizacionais e sociais. A questão que guia a análise é: como burocratas categorizam usuários e que fatores explicam as diferenças de categorização? A contribuição teórica desta pesquisa é verificar como os achados internacionais se adequam (ou não) ao contexto brasileiro, onde há uma combinação entre alta desigualdade, restrição de recursos e políticas universais? diferente dos Estados onde as pesquisas anteriores foram desenvolvidas em que, em geral, há baixa desigualdade ou políticas mais focalizadas. Contribuiremos, portanto, testando as hipóteses já comprovadas em pesquisas internacionais ao contexto brasileiro..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / MAGRI, GIORDANO MORANGUEIRA - Integrante / Juliana Rocha Miranda - Integrante.

2019 - 2022

Representatividade Burocrática em Contextos de Alta Desigualdade

Descrição: Análise de como a representatividade burocrática afeta o uso da discricionariedade na implementação de políticas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / mario aquino - Integrante / LAURO EMILIO GONZALEZ FARIAS - Integrante / Marcela Correa - Integrante / Claudio Aliberti Mello - Integrante / Juliana Rocha Miranda - Integrante.
Financiador(es): FGV - Bolsa.

2019 - 2021

Análise das carreiras de gestores de políticas públicas nos estados brasileiros

Descrição: Análise sobre como as carreiras de gestores de políticas públicas tem se desenvolvido nos estados brasileiros a partir de survey com gestores..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3) Doutorado: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / ana carolina nunes - Integrante / Rodrigo Assis - Integrante / Erika Carcacho Ribeiro - Integrante / Brenda Fonseca - Integrante / Silvia Abud - Integrante.

2019 - 2019

Fatores que afetam absenteísmo docente em São Paulo

Descrição: Análise dos fatores que afetem o absenteísmo docente nos municípios do Estado de São Paulo.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / GUSTAVO ANDREY DE ALMEIDA LOPES FERNANDES - Coordenador.
Financiador(es): Instituto Península - Bolsa.

2019 - Atual

Análise dos efeitos da implementação da reforma do ensino médio nos estados brasileiros

Descrição: Analisar implementação da reforma do ensino médio nos 26 estados e distrito federal.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Marcela Bauer - Integrante / douglas nier de oliveira - Integrante / ebenezer marques - Integrante / ana carolina nunes - Integrante / Ana Claudia Cortez - Integrante / Gabriela Thomazinho - Integrante / Jose Mauricio Carvalho - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

2019 - Atual

Gender Norms in Vector Control Programmes ? sharing experiences between Africa and Brazil

Descrição: This project analyses gender as a neglected factor in arbovirus control within past and contemporary vector control programmes in Brazil. Brazil has been chosen due to the exponential growth in these vector-borne diseases in the last 5 years (PAHO, 2019). It aims to explore gender in arbovirus control through qualitative fieldwork in Rio de Janeiro to understand how gender affects programmatic activity and by sharing parallel experiences between African and Brazilian experts. It directly correlates with the GC2019 focus area of gender norms and programmatic impact and seeks to continue the meeting's focus on strengths of African innovation, exchanging knowledge between localities. Moreover, this project directly follows from the panel at GC2019 ?Beyond silos and boundaries? offering a pertinent example of how social science and gender is vital to the success of programmatic health activities...

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / ana carolina nunes - Integrante / Clare Wenham - Integrante / Denise Nacif Pimenta - Coordenador / Morgana Krieger - Integrante / Theresia Nkya - Integrante.

2018 - Atual

Street-Level Bureaucracy and Social Inequality: reflections from a comparison between Brazil and Denmark

Descrição: In terms of understanding and explaining how social inequality influence how people are being met and treated by the state and the public sector, street-level bureaucracy theory concerns the formal distribution of power within the politico-administrative system and assumes a structural similarity between public agencies and across public sectors and countries when providing public service to citizens and uphold an ideal of impartial and fair treatment. Also, the idea of policy transfer is pervasive among policy-makers, public leaders and in much public administration research. This project's claim is that the meaning of social inequality is associated to the conditions governments? have to give and organize impartial and fair treatment within street-level bureaucracy. This needs to be explained both by similar organizational conditions and by the larger social context in which they are nested. The project proposes to explore this issue by looking at the way social-spatial context of street-level worker encounters are inseparable from the macro contexts such as income distribution. It will provide a qualitative experimental and focused ethnographic study of equivalent street-level tasks across theoretically relevant social, physical, and regulative settings. Its overall research question is: How and why does the social-spatial context of street-level bureaucracy matter for the way workers use their autonomy to categorize and interact with citizens? More specifically: how do street-level bureaucrats, with different individual characteristics, working in different social-spatial contexts, deal with a similar task? This study explores what this means in practice in two similar policy areas in two very different countries in terms of social inequality and income distribution. The areas are childcare provision for 4-year olds and the support of new-born children. The countries are Brazil (high income inequality) and Denmark (low income inequality)..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Marie Ostergaard Moller - Integrante / Michael Hill - Integrante / Gabriela Thomazinho - Integrante / Yonatan Svartzman - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Auxílio financeiro.

2018 - Atual

Burocratas de nível de rua: o uso da discricionariedade e seu impacto na inclusão, exclusão e (re)produção das desigualdades

Descrição: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a atuação dos burocratas de nível de rua com base nas interações que estabelecem com os usuários do serviço, entendendo como esse desempenho pode promover processos incluídos ou excluídos que afetem a (re)produção ou redução de desigualdades. Analisando a atuação de diferentes burocratas (professores, enfermeiros, agentes comunitários, assistentes sociais, policiais), buscará aproximar as discussões sobre implementação e desigualdades, considerando o exercício da discricionariedade dos burocratas de nível de rua como um elemento potencialmente incluído ou excluído que afeta a desigualdade. A hipótese aqui é que o exercício da discricionariedade conduzido pelos burocratas de nível de rua tem efeitos alocativos que podem reduzir ou aumentar a inclusão e a desigualdade e que esse exercício de discricionariedade é influenciado por diferentes fatores sociais, organizacionais, relacionais e individuais. Em termos metodológicos, a pesquisa se baseia em: uma extensa análise da literatura internacional sobre os efeitos sociais da implementação; na realização de entrevistas burocratas de diferentes contextos; no levantamento dos processos de categorização,

julgamento e construção de merecimento operados pelos burocratas; compreensão dos efeitos destes processos em inclusão e exclusão; e levantamento e análise de fatores que permitam explicar estes processos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (7) / Doutorado: (7) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / sergio cavalcante - Integrante / ana carolina nunes - Integrante / Lara Farah Valadares - Integrante / Matheus Nunes - Integrante / Izabel Sanches Costa - Integrante / Juliana Rocha - Integrante / Ana Claudia Cortez - Integrante / Fernanda Lima - Integrante / Rodrigo Assis - Integrante / Olivia Land - Integrante / Gabriela Thomazinho - Integrante / Amanda Beck - Integrante / Taciana Barcellos - Integrante / Mariana Costa Silveira - Integrante / Mariana Haddad Bastos - Integrante / Claudio Aliberti Mello - Integrante / Giordano Magri - Integrante / Morgana Krieger - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Auxílio financeiro / Escola Nacional de Administração Pública - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 2

2017 - 2018

Análise dos Processos de Reestruturação do Ensino Médio em estados brasileiros

Descrição: Analisar a implementação da reforma do ensino médio nos 26 estados e distrito federal brasileiro.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Marcela Bauer - Integrante / Sergio Cavalcanti - Integrante.

Financiador(es): Instituto Unibanco - Auxílio financeiro.

2017 - 2018

Análise do Governo Aberto em Políticas Ambientais

Descrição: Análise dos componentes de Governo Aberto em políticas ambientais brasileiras.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / FAVARETO, ARILSON DA SILVA - Integrante / wagner romão - Integrante / Maira Rodrigues - Integrante / Renato morgado - Integrante.

2017 - 2018

Análise de Núcleos de Governo

Descrição: Análise da dimensão federativa dos núcleos ou centros de governo no período 1995-2014..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Alexandre Gomide - Coordenador / Pedro Cavalcante - Integrante.

2017 - 2018

Análise das Capacidades Estatísticas dos Países da América Latina

Descrição: Pesquisa de análise das capacidades estatísticas de 10 países da América Latina coordenada pelo BID..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Eduardo Dargent - Integrante / Jose Antonio Mejia - Coordenador.

Financiador(es): Banco Interamericano de Desenvolvimento - Remuneração.

2017 - 2018

The Accountability Politics of Reducing Health Inequities

Descrição: Pesquisa feita em parceria com o Institute of Development Studies (Reino Unido) e o N?weti (Moçambique) para investigar as relações entre a trajetória das desigualdades em saúde sob diferentes condições políticas e institucionais. Para tanto busca identificar - tanto em centros urbanos quanto em áreas rurais no Brasil e em Moçambique - as dinâmicas eleitorais, de gestão pública e de participação social que têm contribuído para a redução das desigualdades em saúde. Além de buscar gerar avanços conceituais e metodológicos, o projeto também investe em conexões e espaços de colaboração entre grupos ? tanto na Saúde Pública, quanto na Ciência Política, que estudam, formulam e implementam políticas públicas de saúde no Brasil e na África meridional, promovendo interações constantes entre especialistas e gestores públicos..

Situação: Desativado; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Vera Schattan Coelho - Coordenador / Vanessa Elias de Oliveira - Integrante / Alex Shakland - Integrante.

2017 - 2017

Litigância Climática: análise das políticas de combate ao desmatamento no Brasil

Descrição: Análise das políticas de combate ao desmatamento no Brasil considerando seus limites e avanços para construção de um processo de litigância climática no país.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Conrado Hubner Mendes - Coordenador / FAVARETO, ARILSON DA SILVA - Integrante / Vanessa Elias de Oliveira - Integrante.

2017 - Atual

Formal and Informal Institutions in Education Policies

Descrição: Esse projeto visa explorar como o padrão de relacionamentos intra-organizacionais em escolas públicas explica (e é afetado) a aceitação de novas políticas públicas educacionais.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Charles Kirschbaum - Coordenador / Lara Farah Valadares - Integrante / Matheus Nunes - Integrante / Gabriela Thomazinho - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa.

2017 - Atual

Desigualdades no Nível da Rua: uma análise da implementação de políticas públicas

Descrição: Ela tem como objetivo analisar os processos de categorização operados pelos burocratas de nível de rua na interação com usuários e seus potenciais efeitos em desigualdade de tratamento. Para tanto, analisamos, neste projeto, como burocratas de diferentes políticas (saúde, assistência, segurança e educação) categorizam tipos de usuários, definindo quem deve receber o que, e quais as repercussões desta categorização em tratamentos desiguais. A partir de entrevistas com mais de 200 burocratas de nível de rua de diferentes políticas, pretendemos analisar os diferentes tipos de categorização operados, o que explica estas diferenças e quais são os efeitos delas em desigualdade de tratamento nos serviços públicos. Esta pesquisa é uma ampliação da pesquisa anterior de produtividade do período 2019-2022. A pesquisa é financiada pelo CNPQ..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Gabriela Thomazinho - Integrante / Giordano Magri - Integrante / MIRANDA, JULIANA ROCHA - Integrante.

2016 - 2018

Efeitos sociais da implementação: o lugar das interações burocratas-público-alvo na (re)produção de desigualdades sociais

Descrição: A pesquisa busca avançar nas temáticas de implementação e desigualdades, por meio da problematização dos efeitos sociais da implementação?, analisando as consequências dos processos de implementação e da interação burocrata-usuário nas trajetórias de inclusão e exclusão social de segmentos mais vulneráveis da sociedade..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Roberto Pires - Coordenador / Roberto Dutra - Integrante / Douglas Nier de Oliveira - Integrante / Erick Sotero - Integrante.

2015 - 2017

Arranjos Institucionais de Co-produção de Serviços Sociais nos Municípios

Descrição: Projeto em parceria com a ENAP analisa os modelos de co-produção de políticas sociais existentes em municípios brasileiros..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: / Mestrado profissional: (3) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador.

2013 - 2018

O Papel das Burocracias de Médio Escalão na Formulação e Implementação de Políticas Públicas

Descrição: Esta pesquisa analisará a atuação dos burocratas de médio escalão observando diferentes setores de atuação onde há já estudos consolidados a respeito do papel das burocracias de nível de rua. A ideia é que, a partir da caracterização e análise dos burocratas de médio escalão nessas diferentes áreas, será possível construir um referencial do que é comum a todas elas na caracterização desses profissionais e, ao mesmo tempo, levantar aspectos específicos que o desenho dessas políticas públicas geram na atuação dos burocratas. Esse mapeamento possibilitar-nos-á criar uma metodologia de análise dessa burocracia pública, seus aspectos em comum e destoantes em relação aos demais níveis burocráticos, bem como compreender quais os mecanismos explicativos da relação burocracia de médio escalão e resultados das políticas públicas por ela implementadas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Vanessa Elias de Oliveira - Integrante / Marcos Pó - Integrante / Matheus Nunes - Integrante / Roberto Rocha Coelho Pires - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

2012 - Atual

Novos Arranjos Institucionais de Políticas Públicas

Descrição: Analisa novos arranjos institucionais pautados pela: intersectorialidade, relações federativas e enfoque territorial desenvolvidos pelo Brasil nos últimos anos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / José Carlos Vaz - Integrante / Maria Cristina Galvão - Integrante / Marcela Bauer - Integrante / Arilson Favareto - Integrante.

Número de produções C, T & A: 8

2005 - 2006

Uso de Estudos de Caso em Cursos de Gestão Pública

Descrição: Avaliação do uso de Estudos de Caso como metodologia para o ensino da Gestão Pública em universidades brasileiras. O estudo consistiu em um levantamento do material já produzido sobre o assunto e na elaboração de um estudo de caso para teste e aplicação da metodologia..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Integrante / Marta Ferreira dos Santos Farah - Coordenador / Fernando Nogueira - Integrante.

Financiador(es): Fundação Getulio Vargas - SP - Auxílio financeiro.

2005 - 2006

Avaliação do Programa Tejubode da Prefeitura de Tejuçuoca para o Programa Gestão Pública e Cidadania

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador.

2004 - 2005

Avaliação do Programa Trevo de Quatro Folhas da Prefeitura de Sobral para o Programa Gestão Pública e Cidadania

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador.

2003 - 2004

Avaliação do Programa Bem Vinda da Prefeitura de Belo Horizonte para o Programa Gestão Pública e Cidadania

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador.

2003 - 2003

Estudo da Continuidade das Políticas Educacionais de Icapuí

Descrição: Avaliação da continuidade e impacto das políticas educacionais implementadas no município de Icapuí, considerado o primeiro município brasileiro a universalizar o ensino, 10 anos após o início das ações..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Gabriela Spanghero Lotta - Coordenador / Rafael D´Almeida Martins - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

4.6.9. Estas experiências, somadas ao conhecimento teórico demonstrado pelas diversas publicações em periódicos nacionais, além de apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos relevantes, demonstram a notória especialização da profissional e a adequação do seu perfil ao objeto a ser contratado.

4.6.10. Informações contidas no seu currículo Lattes, disponível em <http://lattes.cnpq.br/7804764276633801> e no anexo (SEI 0806495).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Metodologia

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte metodologia: Oferta de uma turma com até 80 alunos, com aulas realizadas presencialmente, nas dependências da ENAP.

5.2. Carga-Horária

5.2.1. A carga horária será de 90 horas de atividades (30h de Desenho instrucional, 40h de Instrutoria em curso de formação inicial e 20h de Coordenação pedagógica).

5.3. Público-Alvo

5.3.1. Servidores nomeados por meio da Portaria IPEA nº 128, DE 11 de julho de 2024, publicada no DOU de 12 de julho de 2024, e matriculados no curso de Formação para a carreira de Técnico de Planejamento e Pesquisa - TPP, pertencente ao quadro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, conforme o art. 6º da Resolução Enap n. 34, 06 de março de 2023 e alinha f, inciso III, art. 74 da Lei 14.133/2021.

5.5. Período de realização e horários

5.5.1. As atividades serão realizadas em horário livre e presencialmente podendo ter reuniões a distância (por meio de webconferência), **as aulas serão ministradas de forma presencial na Enap de acordo com o cronograma da disciplina**, disponibilizado pela CGINT/DEX. As atividades estão previstas para ocorrer no período entre 08/09 a 15/10/2024.

5.6. Local de Realização:

5.6.1. Escola Nacional de Administração Pública (Enap) no endereço: SPO Área Especial 2-A, Asa Sul, em Brasília 5.6.1. /DF.

5.7. Produtos a serem entregues:

5.7.1. A entrega dos produtos objeto da contratação deverá ser realizada por meio digital, em documentos no formato **digital**, e **de acordo com os modelos estabelecidos pela CGINT**, que serão armazenados no drive definido pela CGINT/DEX.

5.8. Cronograma das atividades e valores do projeto:

O custo total do projeto será de **R\$ 20.326,50** (vinte mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), referente a **90 horas de trabalho**, detalhadas a seguir:

Curso	DETALHAMENTO DOS PRODUTOS	Valor da Hora /Aula (R\$)	DURAÇÃO EM HORAS	VALOR TOTAL (R\$)
Eixo I – Estado, Democracia e Cidadania Disciplina: “Burocracia e Ethos Público”	Desenho Instrucional	187,49	30h	5.624,70
	Instrutoria em cursos de formação inicial	273,80	40h	10.952,00
	Coordenação Pedagógica	187,49	20h	3.749,80
TOTAL			90h	20.326,50

5.8.1. O valor da hora/aula é de R\$ 187,49 (cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) para atividade de desenho instrucional e coordenação pedagógica e R\$ 273,80 (duzentos e setenta e três reais e oitenta

centavos) para a atividade de instrutoria, conforme Anexo I da Resolução Enap nº 50, de 25 de outubro de 2023 e suas alterações posteriores. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 20.326,50** (vinte mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5. Após o término efetivo dos serviços, a documentação deverá ser atestada pelo responsável pelo evento, pela Coordenação-Geral e pela Diretoria, mediante anexação aos autos administrativos do Formulário de Execução de Serviços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Formulário de Execução de Serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, ou;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. Do recebimento

7.3.1. O recebimento dos serviços será realizado por meio do Formulário de Execução de Serviços, conforme descrito no item 7.1. do presente Termo de Referência.

7.4. Liquidação

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5. Prazo de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária: IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado em parcela única e ficará condicionado à realização das atividades descritas no item 5, com o cumprimento das atividades e à entrega dos produtos. A realização do pagamento atenderá ao disposto no artigo 5º da Resolução nº 50, de 25 de outubro de 2023, e alterações posteriores.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Cessão de crédito

7.7.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.7.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, estão vedadas.

7.7.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.7.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.7.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do Art. 74, Inciso III, Alínea "f", da Lei nº 14.133/202.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

8.2.2. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.2.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.3. Habilitação jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. cópia do comprovante de maior titulação acadêmica; e

8.3.3. currículo atualizado com experiências profissionais e acadêmicas, preferencialmente registrado na plataforma Lattes.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.4. Prova de regularidade perante a Seguridade Social e Trabalhista.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor da hora/aula é de R\$ 187,49 (cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) para atividade de desenho instrucional e coordenação pedagógica e R\$ 273,80 (duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos) para a atividade de instrutoria, conforme Anexo I da Resolução Enap nº 50, de 25 de outubro de 2023 e suas alterações posteriores. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 20.326,50** (vinte mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

9.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 113601/11302 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA CNPJ: 33.892.175/0001-00;

b) Fonte de Recursos: Nota de crédito

c) Número: 2024NC000012 (SEI nº 0805548)

d) Elemento de Despesa: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

e) Plano Interno: EE4MX - Formação Inicial

Brasília/DF, julho de 2024.

10. ENCAMINHAMENTOS

- 10.1.** Submetemos à deliberação da Coordenação Geral de Formação Intensiva - CGINT.
- 10.2.** Estando a CGINT de acordo, encaminhamos para a deliberação da Diretoria de Educação Executiva - DEX.
- 10.3.** Estando aprovado pela DEX. Encaminhamos para a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos - COLCC, para as providências necessárias à contratação solicitada.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para conhecimento, análise e consentimento.

SERGIO PAZ MAGALHAES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/07/2024 às 18:19:12.

Despacho: Para conhecimento, análise e consentimento.

PAULA CRISTINA MORTARI DA COSTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/07/2024 às 11:43:18.